

Trabalhador conquista direitos que assustam político conservador

Maria Inês Nassif

"Que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de férias? O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com freqüência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta".

O trecho é de um memorial lançado pela Fiesp em 1925, no qual a associação do empresariado paulista condenava a concessão de férias de 15 dias aos trabalhadores. É a arma que o deputado Nilton Friedrich (PR), do grupo *progressista* do PMDB, sempre saca de sua pasta para calar os conservadores, quando advertem que os avanços permitidos pela Comissão de Sistematização na área trabalhista vão desorganizar o sistema produtivo. "Na abolição da escravatura, a classe dominante dizia que o pobre do escravo iria morrer de fome. Contra o 13º salário diziam que a economia não ia agüentar — e foi normalmente absorvido", recordou.

Esquerda reformista — "A direita não se preocupa: a esquerda, na Constituinte, está tendo um papel absolutamente reformista. Não está querendo implantar o socialismo, mas tirar o capitalismo de seu estado de selvageria", disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG). Para os conservadores, todavia, o problema não se reduz a adaptar rapidamente o capitalismo às normas aprovadas pela Sistematização, que ainda serão submetidas ao plenário da Constituinte.

Contra a proibição da demissão imotivada, aprovada pela Sistematização, os empresários têm alertado para o perigo de demissão em massa antes da promulgação da Constituição. "Vai ter o dia nacional do aviso prévio", alertou o presidente da Fiesp, Mário Amato, ao presidente da CUT, Jair Meneghelli. Para o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, o ideal seria um meio termo, onde o trabalhador não estivesse sujeito aos humores do empregador nem fosse transformado em funcionário público estatutário.

Capitalista moderno — Para o deputado Alceni Guerra (PFL-PR), todavia, a fórmula aprovada foi justamente o meio-termo entre a total falta de garantia do emprego existente hoje e a estabilidade absoluta. "Ela vai impedir, por exemplo, que o erro de um gerente de *marketing* de uma indústria automobilística recaia sobre trabalhadores que têm famílias para sustentar". Dono de uma empresa urbana e outra rural, Guerra, partidário do que chama "capitalismo moderno", não tem dúvida de que a economia assimilará rapidamente as inovações introduzidas na Constituição. "A hora extra em dobro levará os patrões a criarem outros turnos e a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos obrigará a propriedade rural a se modernizar. Eu, por exemplo, trato de forma igual os meus empregados no campo e na cidade — e não levo prejuízo algum", afirmou.

Para Alceni, a jornada de 44 horas — segundo ele apenas o reconhecimento de uma conquista obtida pela maioria das categorias profissionais em acordos coletivos —, aliada à hora extra em dobro, ajudará a criar 1,8 milhão empregos que o país deve ter, a mais, anualmente, para absorver a mão de obra que ingressa no mercado de trabalho.

Século XIX — "Em comparação ao que já existe na legislação trabalhista da Itália e dos Estados Unidos, o que a Comissão de Sistematização está fazendo é apenas tornar o Brasil contemporâneo do passado destas nações", ironizou o deputado Paulo Delgado, para quem os princípios acatados nesta etapa da Constituinte apenas "fizeram furor no início do século XIX". Delgado lastima, contudo, terem sido mantidos os princípios rigorosos de organização sindical, que datam da década de 30. "Agora não é mais possível acusar Mussolini ou Getúlio Vargas. A Constituinte de 1987 manteve a mesma estrutura fascista de organização sindical atrelada ao Estado".